

Africanos na Província do Espírito Santo: população escrava e tráfico ilegal

RAFAELA DOMINGOS LAGO NUNES¹

Faculdade Novo Milênio

Resumo: Este estudo analisa a participação dos africanos na população escrava do Espírito Santo no século XIX. A partir de relatórios de presidente de Província, recenseamentos e correspondências de secretários de Estado e de chefes de polícia, constatou-se crescimento vertiginoso de cativos no período, com concentração de africanos no sul da Província – grande reduto da lavoura cafeeira – bem como a prática do comércio ilegal de africanos, com desembarques nas praias do Espírito Santo entre 1850 e 1856. No que concerne aos parâmetros das relações sociais construídas pelos africanos na região sul, observou-se que as comunidades formadas assumiram características específicas, com tendências a fecharem-se entre si.

Palavras-chave: africanos, Espírito Santo, século XIX.

Abstract: his study analyzes the participation of Africans in the slave population of Espírito Santo in the 19th century. From reports of the President of the Province, censuses and correspondence of Secretaries of State and Chiefs of Police, there was a sharp growth of captives, with a concentration of Africans in the south of the province – a stronghold of coffee farming – as well as the practice of illicit trade of Africans, with landings on the beaches of Espírito Santo between 1850 and 1856. With regard to the parameters of social relations built by Africans in the southern region, it was observed that the communities formed took on specific characteristics, with tendencies to close between si.

Keywords: Africans, Espírito Santo, 19th century.

Recebido em 01/08/2019 e aceito em 20/11/2019.

1. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (UFES). Professora na Faculdade Novo Milênio. E-mail: Rafaela.lago@yahoo.com.br

No Oitocentos, o Espírito Santo possuía reduzida população, representava pouco menos de um por cento (0,8%) dos habitantes do Brasil.² Contudo, contou com crescimento populacional expressivo. Em 1790 agrupava 22.493 indivíduos, em 1872 esse número praticamente quadruplicou, chegando à marca de 82.137. Sobre os dados demográficos, interessa para o presente estudo a presença marcante de escravos na Província.

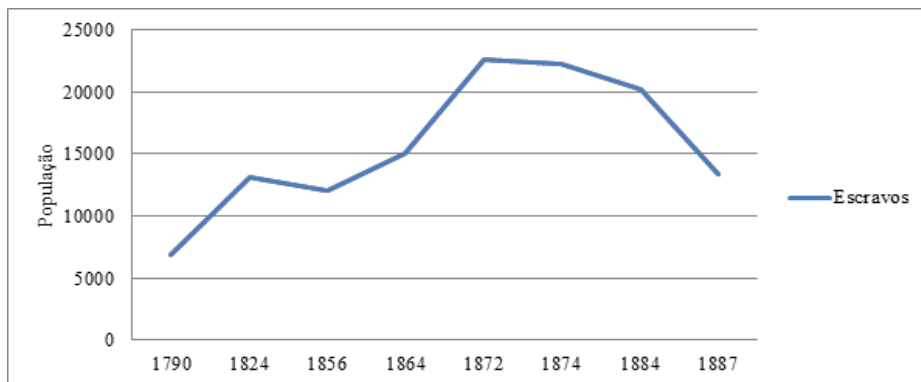
Em 1790³, livres e cativos correspondiam a 10.749 e 6.834 indivíduos, respectivamente. Em 1824⁴ o número de livres aumentou para 22.165 e o de escravos para 13.188. Ou seja, praticamente o dobro de habitantes da Província em 1790. A seguir, visualiza-se mais detalhadamente o crescimento populacional dos escravos entre a última década do século XVIII e as vésperas do fim da escravidão.

Gráfico 1 – Estimativa do crescimento populacional de escravos na Província do Espírito Santo

2. No ano de 1874 o Brasil contava com uma população de 9.761.779 e a Província do Espírito Santo com 81.775 habitantes. Fonte: Diretoria Geral da estatística, Relatório e Trabalhos Estatísticos (Rio de Janeiro, 1875), páginas 46-62; Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de maio de 1883, p.10. (Apud, CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª Ed, 1978, p. 345).

3. Capitão-mor Ignacio Mongiardino (Apud OLIVEIRA, Jose Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Publico do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239).

4. VASCONCELOS, Ignácio Accioli de. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé, Arquivo Publico Estadual, Vitória, 1978.



Fontes: 1790, 1824, 1856 e 1872 – conferir referências da tabela 1; 1864, 1874, 1884 e 1887: Perdigão Malheiro, A escravidão, II, 198; Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de maio de 1883, página 10; *ibid.*, 30 de abril de 1885, página 372; *ibid.*, 14 de maio de 188, página 24. (Apud, CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Brasília. INL, 1975, p. 346).

O gráfico revela dois momentos de elevação da população escrava na Província. O primeiro na década de 1820 e o segundo a partir de 1850, com ritmo de crescimento elevado até 1872.

Segundo Adriana Campos (2011, p. 86), a explicação mais provável para o primeiro pico populacional na Província relaciona-se à explosiva demanda por escravos verificada na América em 1820.

De acordo com Rafael de Bivar Marquese (2004, p. 259-335), o intenso comércio de escravos para portos como Rio de Janeiro e Salvador nas primeiras décadas do Oitocentos está ligado à expansão da produção agrícola de exportação. Em decorrência da Revolução escrava de *Saint-Domingue* (1791), tornou-se necessário suprir a produção da ex-colônia francesa, até então maior produtora mundial de café, responsável pelo fornecimento de cerca de 30% da produção, em mesma escala, de açúcar e grande exportadora de algodão (MARQUESE, 2004, p. 259-261). Nesse

sentido, os senhores de escravos da América responderam à conjuntura favorável ampliando a produção das propriedades rurais já existentes.

Além das regiões produtoras de café do Brasil, Cuba e Estados Unidos também passaram pelo processo de expansão escravista no século XIX. Nos Estados Unidos a escravidão cresceu vertiginosamente entre 1783 e 1861.⁵ Segundo Edward E. Baptist (2013, p. 10), entre a passagem da Constituição (1787) e 1860, o número de escravos expandiu em 500%, principalmente por reprodução natural. Cuba passou por crescimento semelhante, contudo, a expansão se deu através do persistente tráfico transatlântico de escravos. De acordo com Rebecca J. Scott, a década de 1850 assistiu a um aumento no volume do tráfico ilegal de escravos em Cuba, “compensando parcialmente o decréscimo que de outro modo teria resultado das mortes e alforrias na população, cuja taxa de crescimento natural não era positiva” (SCOTT, 1991, p. 28-29).

Outro fator não menos importante para o aumento de africanos no Brasil foram as pressões inglesas pelo fim do comércio de africanos, agudas entre 1820 e 1850. De acordo com Manolo Florentino (1997), o tratado firmado em 1827 entre Brasil e Inglaterra, que determinava o fim do tráfico atlântico em três anos e ratificado em 7 de novembro de 1831, resultou em um considerável aumento na importação de escravos. Apesar da dificuldade em calcular com exatidão o número de africanos desembarcados nos portos

5. A Segunda Escravidão produziu mercadorias chave para a produção industrial. Mas não apenas isso. De acordo com Edward Baptist, a Segunda Escravidão era culturalmente moderna e economicamente modernizante. Na expansão da escravidão dos EUA, por exemplo, a sofisticação e eficiência tecnológicas aumentavam nos campos de trabalho escravo ano após ano. Essa noção contradiz boa parte das visões de que escravistas e trabalho escravo eram estáticos. As empresas da Segunda Escravidão nos Estados Unidos aumentaram continuamente a produtividade do trabalho, e o fizeram em níveis comparáveis aos atingidos por empresas industrializantes de tecelagem e fiação da Grã-Bretanha. (BAPTIST, 2013).

brasileiros,⁶ estima-se que depois de receber de 100 a 1.200 escravos por ano entre 1831 e 1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839. Chegando a uma média anual de quase 50 mil entre 1846 e 1850 (FLORENTINO, 1997, p. 43-44). Tais africanos abasteciam, sobretudo, as regiões agroexportadoras.

Para Adriana Campos (2011, p. 86), ainda que modesto, a Capitania do Espírito Santo registrou incremento de cativos no mesmo período, beneficiada pela crescente necessidade dos senhores de escravos de aumentar suas escravarias diante das ameaças externas de cessação do tráfico. Consoante, Patrícia Merlo (2018, p. 57) verificou em análise de inventários,⁷ após momento de estabilidade (1800-1819), forte crescimento das escravarias de Vitória com mais de vinte escravos no período que se estende de 1820 a 1829. As compras de escravos eram efetuadas principalmente pelos proprietários mais abastados, enquanto os pequenos e médios investidores viam-se afastados do mercado de cativos devido à alta de preços desencadeada pela suposta supressão do tráfico em 1830.

Em 1839, o presidente da Província, João Lopes da Silva Coito, por meio do secretário de governo, Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira, enviou o mapa da população do Espírito Santo ao então Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça e encarregado interinamente do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Das informações contidas

6. Segundo Manolo Florentino, nunca se saberá exatamente quantos africanos teriam desembarcado no porto do Rio de Janeiro. A falta de fontes o explica. Daí que, a partir de indicações fragmentárias, os autores que se dedicaram ao tema, ora estabeleceram estimativas gerais, ora detectaram os desembarques em um pequeno número de anos (FLORENTINO, 1997, p. 44).

7. Sobre as escravarias de Vitória entre 1800 e 1830, Patrícia Merlo caracterizou-as como pequenas em sua maioria (entre 1-9 cativos). Após período de estabilidade (1800-1819) a historiadora evidenciou nas escravarias com mais de vinte cativos, elevado crescimento nos anos de 1820 a 1829 (MERLO, 2018, p. 56).

no mapa, organizado à vista dos relatórios parciais apresentados pelos juízes de paz interessam, em parte do documento reproduzido que segue abaixo em forma de tabela, as classificações e as porcentagens relacionadas à população escrava.

Tabela 1 – Naturalidade da população escrava da Província do Espírito Santo (1839)

Cidade e Vilas	Pardos cativos		Escravos naturais do Brasil		Escravos naturais da África		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
	Vitória	724	7,8	2061	22,3	485	5,3	3270
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1026	11,1	1635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Matheus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Matheus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1390	15,1
Total	1.518	16,5	4.881	52,8	2.834	30,7	9.233	100

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48).

De acordo com a tabela, em 1839 os escravos africanos representavam 30,7% da população cativa no Espírito Santo, comprovando o incremento das escravarias num contexto de desenfreada compra de cativos.

Em relação à distribuição da população escrava da Província nesse período, é notória a concentração na Cidade de Vitória⁸ (35,4%). A segunda região com maior percentual de cativos (17,7%), Vila de Itapemirim,⁹ contava com metade do contingente de mancípios daquela. Os percentuais, no entanto, invertem quando se trata de africanos. Enquanto em Vitória computou-se 5,3%, Itapemirim alcançou a marca de 11,1% no universo dos 30,7% de escravos africanos da Província. Inclusive, se somado o número de escravos pardos e naturais do Brasil, de acordo com a classificação da tabela, esses não alcançavam a metade do quantitativo de cativos da região sul, que juntos correspondiam a 37% (609) deles, enquanto os africanos representavam a maioria: 62,7%.

Com base nos dados demográficos expostos é possível aferir que houve crescimento da importação de cativos na Província, inclusive de africanos na Vila de Itapemirim, região sul, num período marcado pelo aumento do tráfico atlântico.

Outra questão é a dinâmica do comércio no Espírito Santo. Se o elevado preço de escravos era um empecilho para a aquisição dessa mão de obra pelos pequenos proprietários de escravos em Vitória (MERLO, 2018), não o era para os grandes fazendeiros que estavam se instalando em Itapemirim. Está-se, portanto, diante de um momento de formação da população escrava na região sul e de transformação do desenho

8. Vitória foi ereta em cidade por Carta Imperial de 18 de Março de 1823. Além da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, compõe a Cidade de Vitória as freguesias Nossa Senhora da Conceição de Vianna, Cariacica e Carapina, sendo as últimas criadas pela Lei provincial de 16 de Dezembro de 1837. Juntas possuíam 2.951 fogos. Cf.: *Tabela com relação nominal das cidades, vilas e Freguesias da Província do Espírito Santo*, 1846. Arquivo Nacional, páginas 45 e 53, microfilme 015_000_78.

9. Nessa época, a Vila de Itapemirim era formada pela freguesia de Nossa Senhora do Amparo, composta por 607 fogos. *Tabela com relação nominal das cidades, vilas e Freguesias da Província do Espírito Santo*, 1846. Arquivo Nacional, página 53, microfilme 015_000_78.

demográfico de cativos da Província. Isso graças à gradual substituição da lavoura canavieira pelo café entre 1830 e 1850.

É importante destacar, todavia, que se comparado o percentual de africanos da Província (30,7%) com o de outras regiões do sudeste, onde a agricultura era voltada para a exportação já em meados da primeira metade do século XIX, o número de africanos em terras espiritosantenses torna-se menos expressivo. Na região do agro fluminense, por exemplo, eles representavam praticamente metade dos escravos presentes nos inventários (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 67-68). Robert Slenes (1997, p. 249-250) observou na grande lavoura do Sudeste uma escravidão majoritariamente africana. Segundo o historiador, em treze localidades paulistas de economias variadas, 65% dos escravos adultos eram africanos em 1829. Em Campinas essa cifra atingia 80%. Nas propriedades maiores, a taxa de africanidade era ainda mais alta; em Campinas, no ano de 1829, 89% dos adultos em plantéis com dez escravos ou mais provinham da África.

Como exposto, a Vila de Itapemirim, em 1839, foi a que mais concentrou escravos africanos na Província. Se os cafeeiros ocuparam os sertões do sul do Espírito Santo somente na década seguinte, é possível afirmar que os engenhos de açúcar, instalados a partir do início da ocupação desta região em princípios do século XIX, se utilizavam de mão de obra escrava, sendo a maioria, inclusive, de africanos. Consoante Geisa Lourenço Ribeiro (2012), houve notável crescimento deste cultivo na Província entre 1826 e 1852, chegando Itapemirim a exportar o triplo do açúcar produzido por Vitória e mais da metade da produção exportada pela Província em 1852.

O café introduzido no Espírito Santo no início do século XIX¹⁰

10. Daemon relata que em 1815 foram remetidos a diversos lavradores do norte da capitania as primeiras sementes de cafeeiro, recomendando-se seu plantio e cultura. (DAEMON,

acabou por impor-se à economia capixaba em substituição à cultura da cana de açúcar com o surto cafeeiro experimentado pelo sul da Província a partir de 1850. De acordo com Vilma Almada (1984, p. 12), a produção de café revitalizou e ampliou a instituição escravista, assegurando o papel de pilar da economia capixaba até 1888, e foi a responsável pelo crescimento populacional da Província, que no período de 1856 a 1872 praticamente viu duplicadas suas populações livre e escrava.

Se em 1843¹¹ a Cidade de Vitória concentrava 31,8% da população escrava de toda a Província, em 1856¹² notou-se uma variação pouco maior de 1% entre Vitória (26,7%) e Itapemirim (28,5%), que começava a se sobressair no cenário Provincial. Em 1872¹³, observou-se a definitiva inversão da primazia populacional de escravos: o município de Itapemirim alcançou a marca de 45,7% de escravos, enquanto Vitória seguia com 24%. Nos anos subsequentes, a região sul contou sozinha com mais da metade dos escravos de toda a Província: 55,2% em 1875 e 57% em 1876.

Eis o novo cenário da demografia escrava em terras capixabas. Com o gráfico observa-se o momento em que a região sul assumiu a primazia populacional de cativos na Província:

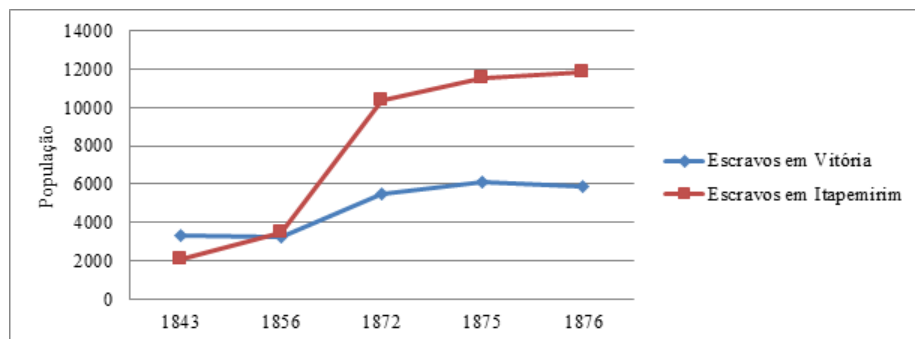
Gráfico 2 – Crescimento da população escrava de Vitória e Itapemirim

1879, p. 282).

11. Fala com que o Exmo. vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845.

12. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo Vice-Presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857.

13. Censo de 1872, 1875 e 1876: Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876. (Apud, ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidismo e Transição: o Espírito Santo 1850/1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 116).



Se com o crescimento da produção cafeeira a região sul tornou-se importante polo de atração de mão de obra, de onde vinham os escravos que em 1876 chegaram a representar 57% da população cativa da Província?

Sabe-se por meio de pesquisas realizadas por Vilma Almada (1984, p. 117) que não houve um importante tráfico intraprovincial. Ao analisar escrituras de venda de escravos do município de Vitória nos anos de 1871 a 1877, a historiadora não constatou significativo número de vendas para o município de Cachoeiro de Itapemirim.¹⁴ Utilizando-se da estatística de 1875 de uma freguesia deste município,¹⁵ Almada destacou que 443 escravos (38,1% do total) eram oriundos da região Centro-Sul, sendo que desses, 296 (66,8%) eram naturais de Minas Gerais, 142 (32%) do Rio de Janeiro e 5 (1,2%) de São Paulo. Os demais 282 (24,2% do total) eram africanos, 77 (6,6%) do Norte-Nordeste e apenas 362 (31,1%) tinham nascido no Espírito Santo. Ao explorar os inventários do Município de Cachoeiro entre

14. De acordo com Almada, em 80 escrituras, totalizando 91 escravos, 76 (83,5%) permaneceram na região da capital, 13 (14,3%) foram para outras Províncias e apenas dois (2,2%) dirigiram-se para o município de Cachoeiro.

15. Vilma Almada optou por usar os dados estatísticos de 1875 da população de Nossa Senhora da Penha do Alegre por crer na displicência daqueles que responderam ao Censo de 1872 no que se refere à origem dos escravos do município de Cachoeiro. (ALMADA, 1984, p. 117).

1874 e 1886, a historiadora confirma a veracidade dos dados registrados anteriormente. Dos 279 escravos pesquisados, 111, ou seja, 39,8%, haviam nascido no Espírito Santo, enquanto os restantes 168 (60,2%) eram naturais de Minas Gerais. Os demais 44 escravos (15,8%) eram africanos ou naturais de outras Províncias (ALMADA, 1984, p. 117-118). A historiadora conclui, portanto, que um grande número de escravos chegou ao Município de Cachoeiro acompanhando seus senhores, quando estes emigravam das Províncias vizinhas em busca de terras onde pudessem abrir novas fazendas.

Importa destacar a presença dos africanos que não chegaram à região sul espiritosantense acompanhados por seus proprietários. A partir de documentos oficiais como relatórios de secretários de Estado e de chefes de polícia, constatou-se que a Província do Espírito Santo apresentou resistência¹⁶ ao cumprimento da Lei de 04 de setembro de 1850.¹⁷ Foram localizados ofícios sobre contrabando de africanos pelo menos até 1856.

Em ofício¹⁸ enviado pelo chefe de Polícia José Bonifácio Nascentes Azambuja ao Ministério da Justiça foi exposta ocorrência de apreensão realizada pelo comandante do Brigue de Guerra Inglês de uma Sumaca Nacional chamada “Amalia”, capturada com toda a sua tripulação por estar envolvida com o tráfico de africanos e enviada à Corte a fim de serem tomadas as devidas providências. Em outro ofício,¹⁹ o mesmo chefe de

16. O site <http://www.slavevoyages.org> informa que 8.812 africanos desembarcaram no Brasil entre 1851 e 1866. Contudo, é necessário destacar que se comparado com anos anteriores (1826-1850), em que desembarcaram 1.236.577 africanos em costas brasileiras, aquele número se torna menos expressivo.

17. A referida Lei, nº 581, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Conferir na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm.

18. APEES. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

19. APEES. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

polícia conta ter apreendido um navio, de nome Pachabote “Segundo,” na Vila de Itapemirim, com africanos “boçaes” e, em seguida, remetido à Corte com sua tripulação e africanos a fim de que se tomassem as devidas providências.

Além de ofícios enviados à Corte pela administração da Província, o Ministério de Justiça também se comunicava com o poder local para relatar denúncias sobre o desembarque de africanos na região. Foi o que aconteceu com o aviso²⁰ enviado pela Corte ao Presidente da Província e remetido aos delegados de Itapemirim e Guarapari, além dos subdelegados de Benevente sobre o desembarque de 170 africanos “boçaes” feito pelo negociante Joaquim Ferreira de Oliveira com a ajuda de seus sócios Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo,²¹ que conduziram os africanos para o interior de Itapemirim. Segundo o secretário do Ministério da Justiça, os delegados deveriam encontrar tais negociantes bem como os papéis relativos ao comércio ilícito para serem enviados à corte juntamente com os africanos capturados.

Em outro ofício fora relatada a carta que o negociante Oliveira escreveu a um de seus sócios, Joaquim da Fonseca Guimarães, que havia auxiliado no desembarque dos africanos. Ao seguir com suas viagens, o negociante

diz a todos que não desiste, e que tomara que de Angola lhe mandem negros que ele está pronto para os receber, e que não tem medo; que já teve ordem para ser deportado, mas que não foi e não vai, e que antes primeiro há de levá-lo o diabo e o Ministério: assim são as cartas que ele escreve para Angola ao seu sócio Francisco Antonio Flores que daqui

20. APEES. Ofício enviado aos delegados de Itapemirim e Guarapari e subdelegados de Benevente. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

21. O documento não informa o sobrenome de Geraldo.

saiu com passaporte só para mandar negros para cá ao tal papeleta traficante Oliveira Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo. Vão sair para lá para venderem negros.²²

Em 1851, o Chefe de Polícia José Bonifacio recebeu um ofício reservado do Chefe de Policia da Corte, que se prontificava em enviar sua força policial para a Vila de Itapemirim a fim de auxiliar o Delegado na diligência:

denunciando o desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denuncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila.²³

O desembarque de outros 100 Africanos foi informado ao Chefe de Policia da Vila de Itapemirim. Tal carregamento pertencia ao negociante Jose Bernardino.²⁴ Já em 1852, Jose Bonifacio Nascentes de Azambuja informou ao Delegado de Policia de Itapemirim um projeto de desembarque de africanos livres destinados aos Gomes Bitencourt.²⁵

Outro ofício²⁶ enviado pela Corte ao chefe de Policia Felipe Jose Pereira Leal e posteriormente pelo Secretario de Guerra, Jose Augusto Cesar Nabuco de Araujo, comunicava o desembarque de aproximadamente 120

22. APEES. Carta de Denuncia dirigida ao Chefe de Polícia e mandado de prisão contra Joaquim Ferreira de Oliveira, 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

23. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

24. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

25. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

26. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

africanos que vieram da costa da África em um Palhabote de propriedade de Antonio Pinto da Fonseca. O Chefe de Polícia informou que o desembarque seria realizado entre os pontos de Itabapuama e Piúma e que se esperava um navio negreiro na fazenda chamada Sens, vizinha ao rio Itapemirim, onde já estava um caixeiro de José Bernardino de Sá, de nome Mendes e um tal de Oliveira, aguardando um Patacho.

O ofício “reservado” – entregue pelo comandante do Vapor de Guerra Recife ao Presidente da Província Jose Ildefonso de Souza Ramos – originário do Ministério dos Negócios da Justiça, em 19 de Maio de 1852, continha informações sobre novas tentativas de importação de africanos:

e sendo certo que os traficantes procurarão os portos dessa Província, principalmente Victoria, Aldea Velha, Itapemirim e Itabapoana, para efetuar os desembarques, cumpre que V. Ex. dê providencias para que não sejam surpreendidas as autoridades particularmente nos portos indicados, recomendando toda atenção a respeito dos correspondentes de Jose Bernardino de Sá, negociante nesta Corte.²⁷

Passados seis anos da publicação da Lei Eusébio de Queirós, registrou-se a precatória de prisão contra Jose Alz da Costa, negociador e irmão de Manoel Alves da Costa Bastos, que veio da África na Escuna “Mary e Smitte”, apreendida em vinte de janeiro na Barra de São Matheus, onde estava fundeada com 384 africanos boças, importados “contra o disposto nas Leis de sete de Novembro de 1831, quatro de setembro de 1850, e cinco de Junho de 1854”.²⁸

Como visto, é evidente, pelo menos até 1856, o desembarque

27. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

28. APEES. Precatório de prisão. Ofício do Juiz da Auditoria da Marinha da Província da Bahia contra José Alz da Costa. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

de centenas de africanos nas praias do Espírito Santo. Ainda que parte fosse encaminhada para outras províncias mais ricas, é fato que grandes fazendeiros, principalmente da região sul, praticaram o comércio ilícito com intuito de abastecer de mão de obra africana suas escravarias.

O recrudescimento da vigilância por parte dos navios ingleses e do governo Imperial em relação à entrada de africanos nos portos colocava o governo da Província em situação complicada. Por um lado havia uma política de apreensão desses africanos livres, inclusive por meio de publicações na região assegurando aos habitantes do litoral prêmio garantido àqueles que apreendessem africanos no ato do desembarque ou imediatamente após ele, e não somente no mar.²⁹ Por outro lado, as autoridades alertavam com cuidado sobre este termo:

não se devem dar buscas nas Fazendas, Engenhos e mesmo casas particulares, senão em caso de haver quase certeza de poderem ser ali encontrados os mesmos africanos recentemente desembarcados, e de modo a não confundilos com os escravos possuídos anteriormente a Lei de 4 de Setembro de 1850.³⁰

Nesse sentido, importa destacar o fato de o governo provincial demonstrar sua intenção de não chegar a extremos que pudessem ferir totalmente os grupos poderosos de fazendeiros interessados no comércio ilícito, que era composto inclusive por membro da família do Barão de Itapemirim³¹ e outros grandes fazendeiros da região.

29. APEES. Circular aos delegados e subdelegados de polícia de todas as Vilas da Província. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

30. APEES. Aviso enviado pelo Ministério da Justiça com ordens endereçadas aos delegados e subdelegados da Província, 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

31. De acordo com a historiadora Leonor Santana de Araujo, o próprio Barão de Itapemirim, um dos maiores negreiros do Sudeste, continuou desembarcando africanos em terras capixabas até o final da década de 1860. Cf. SANTANA, Leonor de Araújo. O

O Espírito Santo não sofreu impacto na manutenção da escravidão com a Lei de 1850. É notório, inclusive, o crescimento vertiginoso da população escrava no período. Nesse contexto não surpreende o fato de os fazendeiros, principalmente da região sul, não demonstrarem preocupação com a substituição da mão de obra escrava em suas lavouras. Os núcleos coloniais de imigrantes estrangeiros incentivados pelo governo eram vistos por eles com relativa indiferença. Essa atitude passiva da grande lavoura cafeeira pode ser explicada pelo fato de estar suficientemente abastecida de mão de obra escrava, concentrada primordialmente no sul da Província e de seus proprietários estarem seguros da permanência de um sistema tão lucrativo e enraizado na sociedade como o escravista.

Tecendo comunidades entre escravos

No sul da Província, entre 1850 e 1871, os africanos representavam aproximadamente 30% da população escrava (RIBEIRO, 2012); na região de Vitória eles respondiam no mesmo período por aproximadamente 4% do total de escravos (MERLO, 2018).

No que concerne aos parâmetros de relações sociais, as comunidades formadas por escravos no sul da Província, com marcada presença de africanos, assumiram características singulares.

Ao analisar os padrões de compadrio em Cachoeiro de Itapemirim entre 1859 e 1871,³² observou-se que os escravos acionavam majoritariamente

negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306, p. 304.

32. Foram analisados 929 registros de batismos de escravos da Freguesia de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim localizados na Catedral de São Pedro de Cachoeiro. Cf.: *Livro Primeiro de Batizados de livres e escravos da Freguesia de São Pedro do Cachoeiro – 1859-1891*.

padrinhos e madrinhas de mesma condição jurídica, 55,4% e 59%, respectivamente. Menos frequente era o parentesco ritual construído com padrinhos (43,8%) e madrinhas (31,3%) livres.

Em sociedades rigidamente hierarquizadas, de acesso muito mais restrito ao universo livre e conseqüentemente aos meios de ascensão social, as tendências das relações construídas socialmente eram fechar-se entre si, formando comunidades de livres e de escravos. Segundo Carlos Engemann (2008, p. 52), a distância entre o escravo de um plantel com cinquenta escravos e seu senhor não era a mesma de um escravo único que trabalhava ao ganho para um senhor relativamente pobre. Embora pertencentes a escalas sociais diferentes, as relações entre o escravo e o senhor pobre eram muito mais próximas que no caso de escravos de uma *plantation*, por exemplo.

O fechar entre si, porém, não se restringia à condição jurídica de livre ou escravo. Outro fator que influenciou a escolha por laços entre cativos no sul está relacionado à população escrava e ao seu recente estabelecimento na região.³³ Como visto, as fazendas do sul eram abastecidas também por africanos oriundos do tráfico ilegal. É bem possível que diante da introdução de novos grupos de cativos, os já estabelecidos procurassem no nascimento de um filho fortalecer entre si seus laços através do parentesco não consanguíneo, o que conseqüentemente promoveu hierarquias no mundo cativo, separando os estrangeiros ou marginalizados daqueles já relativamente estabilizados nas escravarias. Manolo Florentino e José Roberto Góes perceberam a forte tensão política gerada principalmente nos grandes plantéis, “espaços em que se potencializava o estado de guerra de todos contra todos” (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 116), onde o pa-

33. Anterior à década de 1840, a ocupação da região sul ocorreu em caráter transitório, por tentativas frustradas de exploradores aventureiros em busca de ouro. (SIMONATO, 2008, p. 39-46).

pel pacificador dos grupos familiares tornava-se ainda mais importante. De acordo com os pesquisadores, em momentos de expansão ou inserção de novos escravos, fortaleciam-se as rivalidades interétnicas e para não colocar em risco os grupos de crioulos e de africanos rivais, intensificavam-se as alianças entre os cativos.

Em treze casos em que o pároco de Cachoeiro registrou a naturalidade das mães como proveniente da África, observou-se que nove³⁴ eram mães de filhos naturais, enquanto três constituíram matrimônio Católico – não se sabe se os parceiros pertenciam à mesma origem étnica, mas todos eram africanos. Das mães africanas, a maioria (70%) estabeleceu laços com madrinhas e padrinhos escravos. Em duas ocasiões, as mães africanas optaram por ensejar laços com escravos também africanos. Apesar de tais números não serem apropriados para se fazer uma análise quantitativa, diante desses poucos registros deixados pelo pároco, é possível verificar a lógica comportamental de grupos cativos e sugerir a formação de comunidades escravas crioulas e africanas na região.

As escolhas de padrinhos escravos constatadas em Cachoeiro acompanharam as tendências verificadas em outros estudos realizados em regiões de grandes propriedades rurais do sudeste e com marcante presença cativa. José Roberto Góes, ao estudar as relações de compadrio na região rural de Inhaúma (RJ) durante a primeira metade do Dezenove, constatou como norma entre os escravos, que representavam 60% da população – sendo parte significativa de africanos – a preferência pelo compadrio cativo. De igual modo, Sidney Pereira da Silva (SILVA, 2009, p. 74-76.) argumenta que os escravos construía uma relação fechada de apadrinhamento em Valença (RJ), região cafeeira com alto índice de escravos – 70% da popula-

34. São treze batismos de filhos de africanas, sendo dois de irmãos, ou seja, esses casos referem-se à mesma mãe escrava.

ção em 1857 – estabelecendo relações de compadrio predominantemente entre os próprios cativos. Tanto para Cachoeiro como para Inhaúma, ou Valença, é possível afirmar que os escravos viam no batismo um meio pelo qual pudessem ressocializar-se pela criação de laços entre si, predominantemente, construindo assim uma comunidade cativa.

Conclusão

Na segunda metade do século XIX, a região sul foi o reduto da grande lavoura cafeeira do Espírito Santo. As fazendas de café eram superiores em extensão territorial e em números de escravos às demais propriedades de outras localidades espiritosantenses. O crescimento vertiginoso da população escrava no período e a permanência do comércio ilegal de africanos evidenciam a não preocupação dos grandes fazendeiros com a substituição da mão de obra escrava nas lavouras do sul da Província. Os proprietários de escravos estavam seguros da permanência de um sistema tão lucrativo e enraizado na sociedade como o escravista.

Diante de uma sociedade rigidamente hierarquizada, os escravos recém-chegados à região possuíam acesso muito mais restrito ao universo livre e conseqüentemente aos meios de ascensão social, as tendências das relações construídas socialmente eram fechar-se entre si, formando comunidades de livres e de escravos.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo 1850/1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- BAPTIST, Edward E. A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana. *Almanack*. Guarulhos, n.05, p.5-41, 1º semestre de 2013.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e criouliização o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 84-96.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 259-335.
- MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Vitória: EDUFES, 2018.
- RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em

História) — UFES, Vitória, 2012.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1991.

SIMONATO, Juliana Sabino. *Fazenda Santa Helena: escravidão, bastardia e poder*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas. UFES. 2008.

SILVA, Sidney Pereira da. *As relações parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, Província do Rio de Janeiro (1823-1835)*. In: FALCI, Miridan Britto (org.). *Gênero e escravidão*. Rio de Janeiro: Encadernação Fátima Franklin, 2009.

SLENES, Robert. *Senhores e subalternos no Oeste paulista*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural*. Afro-Ásia, 28 (2002), 125-146.